Escolarização e inserção no mercado de trabalho das mulheres jovens brasileiras[1]

Glaucia Marcondes[2]

Antes mesmo de findar o século XX, as mulheres brasileiras alcançaram uma média de anos de estudo superior a dos homens, revertendo o hiato educacional. A importância da escolarização é sempre destacada como um fator de promoção de mudanças e melhorias na condição de vida das mulheres. Possibilitaria uma melhor inserção no mercado de trabalho, disputando ocupações que exigem melhor qualificação, com maior proteção social e, consequentemente, rendimentos maiores. Dessa forma, também favoreceria a conquista de maior autonomia feminina para fazer escolhas pessoais, familiares e profissionais. No entanto, indicadores de mercado de trabalho e de usos do tempo mostram que mesmo entre as mais escolarizadas, desigualdades de várias ordens (de gênero, cor, classe, regionais) persistem de tal maneira que parecem mais impor constrangimentos sociais do que beneficiar a autonomia das mulheres. A conquista do primeiro emprego ainda constitui um grande desafio para os jovens, principalmente, para as mulheres jovens. O objetivo deste trabalho é examinar de que maneira esse contexto mais recente de crescente escolarização e inserção laboral feminina se reflete no perfil e nas condições de vida das gerações mais jovens. Com dados da PNAD de 2002 e 2012, serão analisadas as condições de escolaridade, atividade, ocupação e status reprodutivo das mulheres jovens brasileiras, com idade entre 15 e 24 anos.

[1] Trabajo presentado en el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima-Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

[2] Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" (NEPO/UNICAMP). gal@nepo.unicamp.br

Escolarização e inserção no mercado de trabalho das mulheres jovens brasileiras

Glaucia Marcondes

Apresentação

As condições pelas quais os jovens contemporâneos têm realizado suas transições para a vida adulta têm sido amplamente debatidas avaliando, separadamente ou em conjunto, as possibilidades e barreiras advindas da escolarização, das formas de inserção no mercado de trabalho e de início da vida conjugal e reprodutiva em idades jovens. A conquista do status de adulto não se prende a idade cronológica dos sujeitos, também se associa a expectativas sociais que remetem ao cumprimento de uma sucessão de etapas: que vai do investimento na escolarização, passa pela inserção qualificada no mercado de trabalho e se completaria com a constituição do próprio núcleo familiar. O não cumprimento ou antecipação de umas destas etapas gera a percepção de que o adolescente/jovem estaria despreparado ou em desvantagem para assumir as responsabilidades envolvidas na condução de sua vida adulta (STERN e MEDINA, 1999; ALMEIDA, 2002; CAMARANO, KANSO e MELLO, 2009).

Outra questão que tem sido recorrente no debate internacional, principalmente no contexto europeu, sobre a transição para a vida adulta diz respeito ao tempo em que esse conjunto de etapas levaria para ser concretizado. Se considerarmos o tempo necessário para se qualificar formalmente, se inserir e ganhar estabilidade no mercado de trabalho, atingir as condições financeiras e sociais necessárias para formar família esse tempo pode ser muito estendido, acarretando em um prolongamento da juventude. Um processo que se estenderia, em alguns contextos, até os 40 anos de idade. No Brasil não há evidências que indiquem algo nesse sentido. Pelo contrário, estudos mostram que no caso brasileiro, as desigualdades socioeconômicas imprimem diferenciados tempos e possibilidades de transição para os jovens de diferentes segmentos.

No caso das jovens mulheres, os níveis mais elevados de escolaridade alcançados nas últimas décadas, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e o melhor controle da reprodução são elementos que podem favorecer positivamente as transições femininas para a vida adulta. Contudo, em um país onde a desigualdade social é marcante, o tempo, os conteúdos e processos implicados na transição para a vida adulta ocorrem de forma diferenciada entre os jovens a partir de suas vivências sociais de classe, gênero e raça/cor. (ALMEIDA, 2002; HEILBORN e CABRAL 2006).

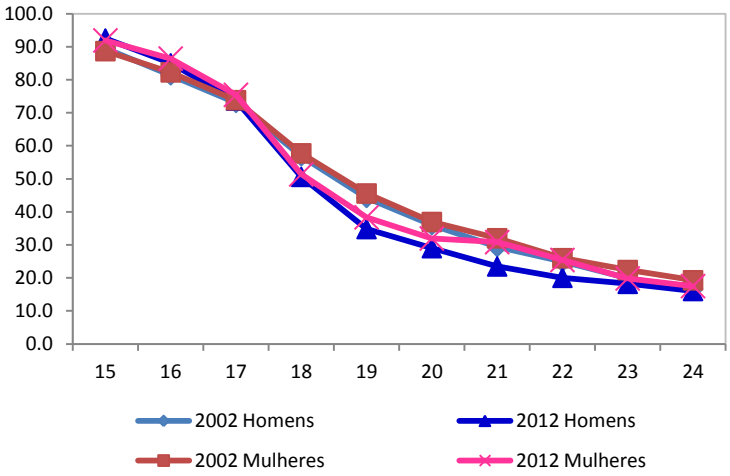
A proposta deste trabalho é discutir o perfil de escolaridade e de inserção no mercado de trabalho das mulheres jovens brasileiras na última década. Quais as mudanças e persistências que se observam e que podem contribuir para pensarmos sobre as condições que as gerações jovens contemporâneas, particularmente as mulheres, têm realizado suas transições para a vida adulta. As informações exploradas acerca das condições de escolaridade, atividade, ocupação e status reprodutivo das mulheres jovens brasileiras, de

15 a 24 anos, são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2002 e 2012.

A escolarização dos jovens brasileiros na última década

Em 2012, o segmento etário de 15 e 24 anos correspondia a 16,1% da população brasileira. Aproximadamente 90% dos jovens menores de 18 anos frequentava a escola. Contudo, a continuidade da educação formal se reduz relativamente nas idades a partir dos 18 anos, em particular, no ano de 2012. (Gráfico 1)

Gráfico1
Brasil, 2002* e 2012: Proporção da população de 15 a 24 anos que frequentava escola por sexo.



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias.
*Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O Gráfico 1 mostra que menos da metade da população de 18 a 20 anos, que é a faixa etária que comumente se inicia no ensino superior, continua estudando. O que talvez indique que para grande parte da população completar o ensino fundamental e o ensino médio seja a principal meta a ser conquistada. Essa ideia parece ser corroborada quando se observa o dado padronizado, não mostrado aqui, que no período de 2012, a permanência dos jovens de 15 a 17 anos na escola foi bem elevada, ficando acima de 90%, para ambos os sexos, assim como foi mais intensa a redução da proporção relativa dos que continuavam estudando após os 18 anos, se comparadas as proporções observadas em 2002. A diferença entre as proporções de um ano para o outro foi em cerca de 10 p.p. a menos para 2012 nessas idades de jovens adultos.

Em 2002, mais da metade dos homens adolescentes que estavam na escola ainda não haviam terminado o ensino fundamental, assim como parcelas expressivas dos homens jovens adultos. Dez anos depois, observa-se uma considerável redução na defasagem escolar dos adolescentes e jovens de ambos os sexos, mas apresentando um cenário de avanço na escolarização ainda mais positivo para mulheres. (Tabela 1)

Tabela 1
Brasil, 2002* e 2012: Distribuição da população de 15 a 24 anos que frequentava a escola por grau que estava cursando, grupo etário e sexo.

	Grau em curso	2002			2012		
		15-17	18-20	21-24	15-17	18-20	21-24
Homens	Ensino Fundamental	55,5	31,1	24,9	41,1	14,1	7,8
	Ensino Médio	44,3	52,9	34,7	58,3	54,7	21,3
	Superior	0,2	15,9	40,4	0,6	31,3	71,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total	4.288.582	2.405.315	1.464.869	4.449.856	1.920.360	1.230.080
Mulheres	Ensino Fundamental	44,4	22,4	18,8	28,0	8,3	5,6
	Ensino Médio	55,2	54,9	32,8	70,8	49,1	17,9
	Superior	0,4	22,7	48,5	1,2	42,6	76,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Total	4.243.946	2.433.091	1.621.779	4.340.645	1.988.056	1.458.163

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias. *Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

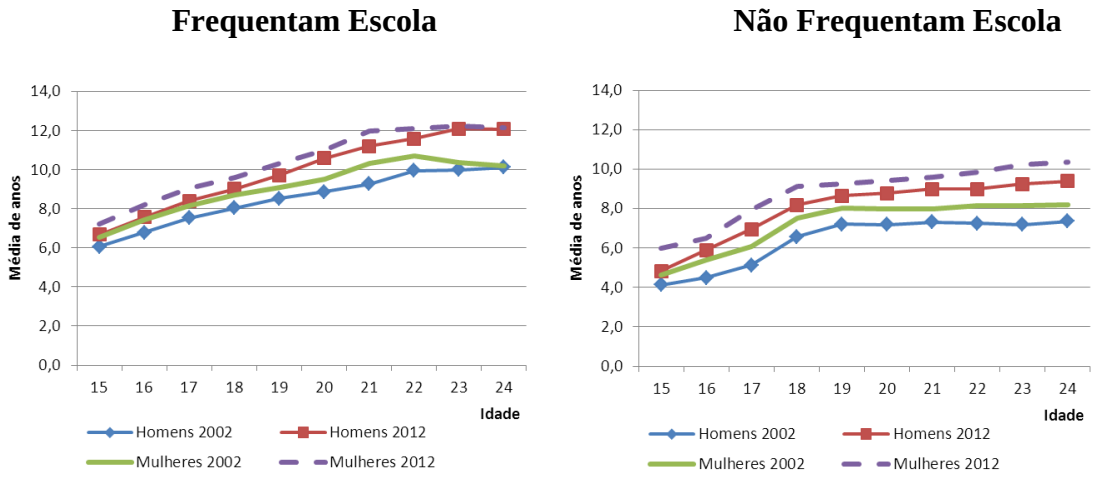
A defasagem e o abandono escolar ainda fazem parte da realidade de grande parte da juventude brasileira (MADEIRA, 2006) e em certa medida esses dois eventos, combinado com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, têm alimentado um segmento de jovens, como será abordado mais adiante, que nem estudam e nem trabalham, os chamados "nem-nem" (CAMARANO, et al., 2006).

Estudos apontam que o abandono escolar além de ser motivado pelo desinteresse em relação aos conteúdos oferecidos a partir de uma percepção, por parte dos jovens, de que estejam desconectados com a realidade vivida e, consequentemente, de pouco utilidade, também se associa as desigualdades de gênero envolvendo aquilo que se espera socialmente de homens e mulheres. Entre os rapazes, comumente a interrupção dos estudos se vincula á inserção ainda em idade muito jovem no mercado de trabalho para gerar renda. No caso feminino, grande parte da interrupção, temporária ou definitiva, seria motivada por uma gravidez ou união conjugal. A esse respeito, alguns autores questionam a consideração da gravidez na adolescência como o principal e derradeiro motivo para o abandono escolar feminino. Apontam que ao analisar as trajetórias educacionais, principalmente das jovens pertencentes a segmentos mais pobres da população observa-se uma alta frequência de abandonos e retornos escolares anteriores ao período da gravidez (CORREA, 2014; CORREA, 2004).

De qualquer forma, muito embora a defasagem escolar continue elevada entre os estudantes brasileiros, afetando proporcionalmente mais os homens jovens, os dados mostram que mudanças vêm ocorrendo.

Observa-se na Tabela 1 que o contingente de mulheres a partir dos 18 anos que continua na escola é um pouco maior do que o de homens. Além disso, nota-se um destacado aumento do peso relativo daqueles que estavam cursando o ensino superior no início dessa década. Esses avanços podem ser claramente vistos através da comparação da média de anos de estudo alcançada pela população jovem feminina em relação à masculina. A tendência de maior nível de escolaridade das jovens mulheres é constatada em todas as idades de 15 a 24 anos, sendo o *gap* em relação aos homens maior entre aqueles que não frequentavam a escola. (Gráfico 2)

Gráfico 2
Brasil, 2002* e 2012: Média de anos de estudo na população de 15 a 24 anos por sexo e frequência a escola.



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias. *Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O Gráfico que representa os anos médios de estudo daqueles que não estavam frequentando a escola mostra que os jovens acima dos 18 anos, em média, em 2012, já teriam completado o ensino fundamental e/ou dado início ao ensino médio, destacando-se a elevação nas médias dos homens e mulheres jovens de um ano para outro.

A melhora nos níveis educacionais, principalmente das mulheres, constitui um fato positivo, mas que segundo alertam alguns autores, as implicações da manutenção e ampliação do hiato de gênero educacional devem ser avaliadas com cautela. Pois podem gerar novos conflitos de gênero ao invés de proporcionar a diminuição das desigualdades (ALVES, CORREA, 2009).

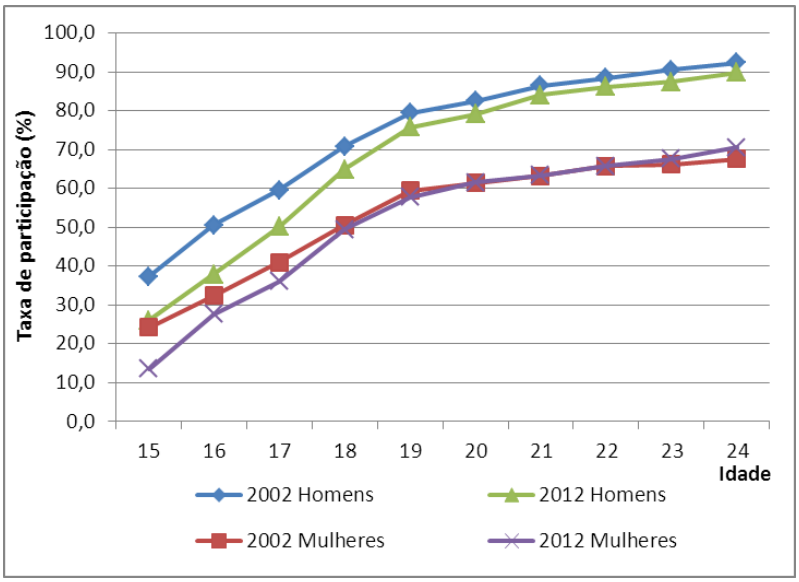
O investimento na educação formal feminina desponta na literatura como um elemento importante para ampliar as oportunidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, estudos tem mostrado que não há uma correlação tão direta assim. Embora as mulheres tenham feito "sua lição de casa", diferenciais de gênero no mercado de trabalho, principalmente o salarial, persistem fortemente na sociedade.

A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho

O incremento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina tem sido constante ao longo das ultimas décadas no Brasil, ultrapassando 50% nos anos de 2000. (BRUSCHINI, 2007; ALVES, CORREA, 2009).

No entanto, o cenário observado entre os jovens se distingue das tendências que ocorrem nas idades adultas. Nota-se uma diminuição da participação tanto masculina quanto feminina na faixa etária de 15 a 19 anos. (Gráfico 3) Um provável reflexo da combinação de medidas governamentais de combate ao trabalho infantil e de incentivo à ampliação da escolarização que ganharam força no país desde a década de 1990.

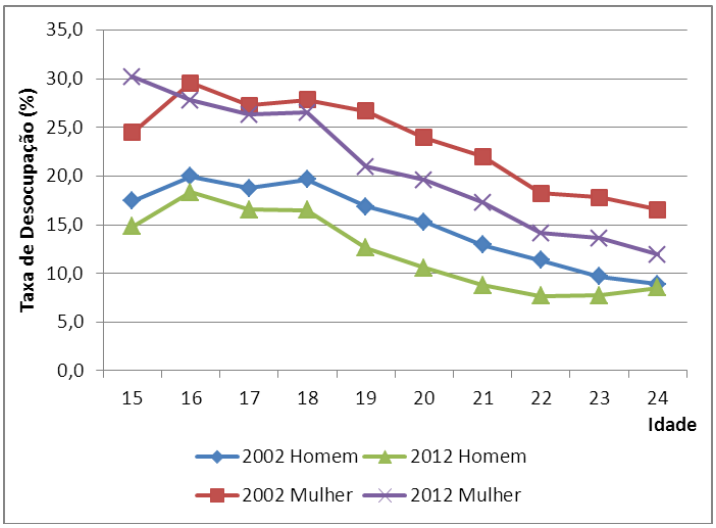
Gráfico 3
Brasil, 2002* e 2012: Taxa de participação da população de 15-24 anos por sexo e idade.



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias.
*Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Se por um lado, a taxa de participação dos homens mais jovens diminuiu em 2012, a taxa de desocupação também foi menor. O mesmo não se observa para as mais jovens, com taxas de desemprego semelhantes nos dois anos analisados. Entretanto, para aqueles a partir de 19 anos, a situação em 2012 se mostra mais favorável para ambos os sexos, inclusive com a maior aproximação entre as taxas de desemprego femininas e masculinas. (Gráfico 4)

Gráfico 4
Brasil, 2002* e 2012: Taxa de desocupação da população de 15-24 anos por sexo e idade.

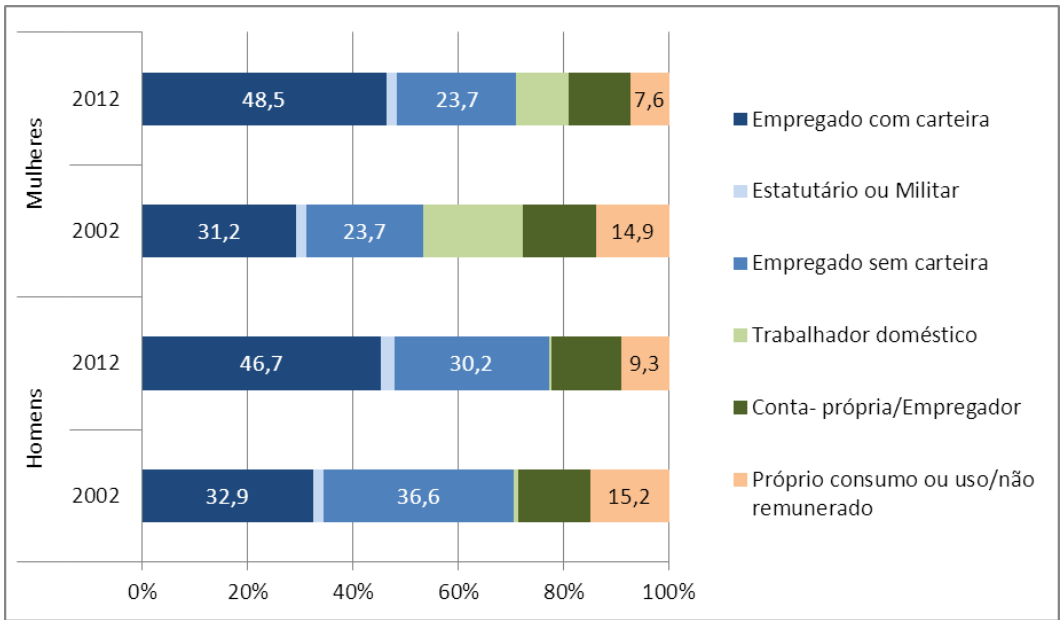


Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias.
*Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outro ponto que se destaca diz respeito às mudanças na forma de inserção da população jovem no mercado de trabalho. No Gráfico 5 nota-se o crescimento do peso relativo dos empregos com carteira assinada – acréscimo de 13,8p.p. entre os homens e 17,3 p.p. entre as mulheres - e a redução, também expressiva, dos trabalhos não remunerados – 6 p.p. e 7,2 p.p., respectivamente. De fato, a maior formalidade marcou as mudanças no mercado de trabalho ocorridas ao longo da última década no Brasil. Porém, os empregos informais continuam a absorver uma parcela considerável dos jovens, principalmente nas idades de 15-17 anos. Nessa faixa etária, a informalidade representa pouco mais de 1/4 das mulheres adolescentes e quase a metade dos homens adolescentes.

Em particular, chama também atenção a diminuição do peso relativo do trabalho doméstico (com ou sem carteira assinada) de um ano para o outro. Essa redução foi de aproximadamente 10 p.p., um provável reflexo do aumento da escolaridade feminina que permitiria a busca por ocupações de maior qualificação, prestigio social, proteção legal e remuneração.

Gráfico 5
Brasil 2002* e 2012: Distribuição (%) da população de 15-24 anos segundo a posição na ocupação por sexo.



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias. *Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O contínuo crescimento da mão de obra feminina seja de jovens ou adultas, solteiras ou unidas, com ou sem filhos, se insere em um contexto de intensa transformação social. Os impactos da globalização econômica e da reestruturação produtiva, dando lugar à precarização das condições de trabalho, afetaram principalmente os provedores masculinos com a ampliação das perdas salariais e do desemprego entre os homens. A participação das mulheres cônjuges e filhas passa a ser fundamental para a complementação da renda das famílias. Todavia, constituíram-se mão-de-obra barata, assumindo ocupações mais precárias de trabalho, destacadamente em empregos terceirizados do setor de serviços. (WAJNMAN, 1998; SORJ, FONTES, MACHADO, 2007; GUEDES, 2010).

Na população jovem, que busca o primeiro emprego, os efeitos desse contexto são observados de forma mais intensa, dado o conjunto de características mais desfavoráveis que reuniriam, como por exemplo, a falta de experiência, Mesmo entre aqueles com melhor nível educacional, a exigência de experiência prévia ainda constitui um empecilho na conquista do primeiro emprego (ROCHA, 2008).

A despeito da maior participação feminina no mercado, da diminuição do desemprego, do crescimento do emprego formal e da melhor qualificação educacional das mulheres, algumas desigualdades de gênero no mercado de trabalho ainda persistem. A diferença salarial existente entre homens e mulheres com os mesmos perfis ocupacionais

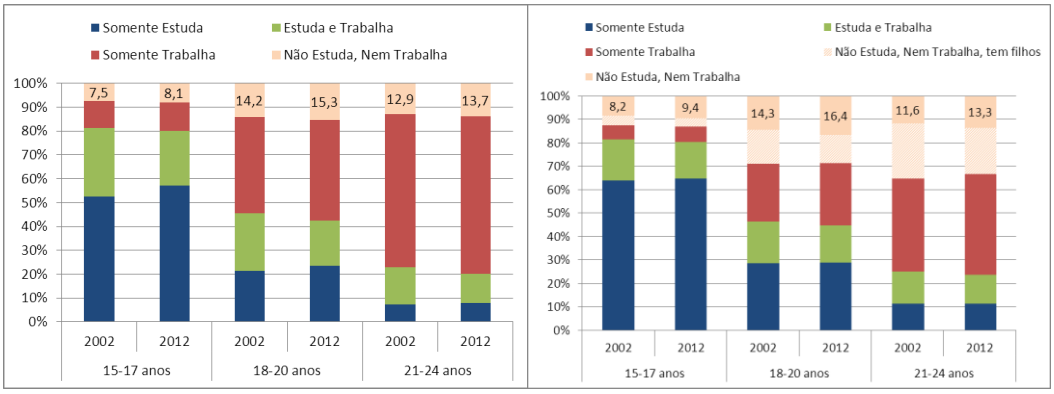
(dados ainda em análise) e os constrangimentos advindos da necessidade de articular o trabalho produtivo com o reprodutivo, mostram claramente essas persistências.

Entre o estudo e o trabalho na vida das jovens mulheres brasileiras

No Gráfico 6 pode-se perceber claramente a maior permanência feminina na escola. Enquanto que o trabalho continua a assumir um peso importante nos grupos etários dos homens jovens.

Gráfico 6
Brasil, 2002* e 2012: Distribuição (%) da população de 15-24 anos segundo a condição de estudo e trabalho por sexo e grupo etário.

Homens **Mulheres**



Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias. *Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No grupo etário de 15 a 17 anos observa-se que, de um ano a outro, houve um ligeiro aumento dos que só estudam em detrimento daqueles que combinam trabalho e estudo. Isso ocorre tanto para os homens quanto para as mulheres. Mas é inegável a forte presença da escola na vida das adolescentes. O quadro se modifica a partir dos 18 anos, fase no qual o peso relativo do trabalho ganha maior importância para ambos os sexos. No entanto, a proporção daqueles que só trabalham é bem maior entre os homens jovens. Em contrapartida, a parcela de quem não estudava e nem trabalhava cresce expressivamente no grupo feminino. Algumas considerações são importantes na abordagem da condição dos "nem-nem".

Uma primeira questão diz respeito a condição de trabalho. Nem sempre as pesquisas domiciliares conseguem captar e caracterizar como trabalho, as múltiplas atividades informais desenvolvidas pelas pessoas em seu cotidiano, como, por exemplo, a realização de afazeres domésticos, de cuidados com crianças ou idosos, trabalhos sociais em ONGs, igrejas, etc. Além disso, é preciso levar em consideração que nessa fase do curso de vida as

mudanças tendem a ser mais rápidas. Em um curto espaço de tempo, o jovem pode passar de inativo, a ocupado e desempregado. Abandonar e voltar para a escola. Um dinamismo que as pesquisas domiciliares não costumam, ou não objetivam, dar conta.

A primeira ressalva se aplica claramente a condição das mulheres jovens. Podem estar fora da escola e do mercado de trabalho, mas podem estar ocupadas com as responsabilidades de cuidados para com as crianças e idosos da família e dos afazeres de manutenção do espaço doméstico-familiar. Quando se avalia a declaração sobre a realização e o tempo dedicado aos afazeres domésticos semanalmente, apenas 10% das jovens declararam em 2012 que não haviam realizado nenhuma atividade doméstica. Entre aqueles que o fizeram, independente de sua condição de atividade e ocupação, não exibem um tempo médio dedicado aos afazeres domésticos inferior à 14 horas semanais (dados em análise). O que nos leva a pensar que a dupla ou tripla jornada de trabalho feminina é uma realidade que começa ainda em tenra idade.

Dessa maneira, se considerarmos apenas as mulheres jovens com filhos estão ocupadas desempenhando seu trabalho reprodutivo, a proporção de “nem-nem” nos grupos etários femininos diminui e tornam-se semelhantes aos observados nos grupos masculinos. Destacando-se o fato de ter havido um ligeiro aumento do peso relativo dos “nem-nem” em 2012 para ambos os sexos.

Em resumo, podemos dizer que o grupo de jovens mulheres que articulam estudo e trabalho concentra-se nas idades mais jovens, é majoritariamente composto por brancas, filhas dos responsáveis do domicílio em que residem, sem filhos, com nível médio de instrução, trabalhando em empregos com jornadas inferiores a 40 horas semanais. Cerca de 1/3 vivem em áreas metropolitanas e estão inseridas em domicílios de renda per capita mais elevada.

Quadro 1
Brasil, 2002* e 2012: Características selecionadas da população feminina de 15-24 anos que trabalha e estuda.

	2002			2012		
	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos
N	907.880	925.215	880.673	749.777	769.473	834.802
% na população feminina de 15-24 anos	17,5	17,7	13,6	14,6	15,7	13,4
Cor (%)						
Brancas	51,4	54,0	60,5	45,0	52,1	56,9
Negras (Pretas e Pardas)	47,6	45,5	38,6	53,8	47,3	42,6
Outras (Amarelas e Indígenas)	1,0	0,6	0,9	1,2	0,6	0,4
Posição no domicílio (%)						
Responsáveis	0,4	1,7	6,0	1,1	3,5	8,6
Cônjuges	0,9	5,1	13,9	1,5	4,8	13,7
Filhas	86,7	79,1	66,9	82,9	76,1	65,0
Outras	9,1	10,3	9,1	13,4	14,4	11,6
% vivem em áreas metropolitanas	19,8	30,3	37,7	22,1	28,7	33,6
% vivem em áreas rurais	24,0	12,6	8,1	17,3	10,0	7,0
% tiveram filhos	1,8	8,6	18,6	2,0	5,3	14,4
Média de anos de estudo	7,4	9,4	11,1	8,5	10,6	12,4
% Fundamental incompleto	44,9	20,9	14,6	19,8	6,6	2,9
% jornada full time	22,7	37,5	45,8	20,5	43,4	50,2
% próprio consumo, não remunerado	28,0	13,3	8,5	16,3	6,5	4,0
% no 1o. Quintil de RDPC	22,4	11,4	6,6	19,0	9,7	5,1
% no 5o. Quintil de RDPC	14,8	28,6	45,2	25,4	33,4	30,4

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias.
*Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que diz respeito ao grupo feminino que somente trabalha podemos dizer que é composto principalmente pelas jovens acima dos 18 anos, negras, filhas do responsável pelo domicílio em que residem, mais de 1/3 delas são mães, possuem nível de instrução médio e trabalham em jornadas de 40 a 44 horas semanais. Menos de 1/3 vivem em áreas metropolitanas e estão inseridas em domicílios com renda per capita média ou mais baixa (2º e 3º quintil).

Quadro 2
Brasil, 2002* e 2012: Características selecionadas da população feminina de 15-24 anos que trabalha.

	2002			2012		
	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos	15-17 anos	18-20 anos	21-24 anos
N	317.578	1.291.249	2.576.897	197.374	1.374.850	2.756.362
% na população feminina de 15-24 anos	6,1	24,7	39,8	3,9	28,1	44,1
Cor (%)						
Brancas	41,8	55,7	55,2	38,7	43,0	47,4
Negras (Pretas e Pardas)	57,9	43,8	44,4	61,3	56,4	51,9
Outras (Amarelas e Indígenas)	0,3	0,5	0,4	0,0	0,6	0,7
Posição no domicílio (%)						
Responsáveis	1,2	2,8	6,5	6,4	7,1	13,5
Cônjuges	17,9	20,5	36,8	21,7	17,8	29,3
Filhas	61,5	62,2	45,2	47,6	57,4	45,9
Outras	12,9	10,4	8,7	23,4	16,3	10,4
% vivem em áreas metropolitanas	17,8	29,9	32,5	25,5	28,8	32,4
% vivem em áreas rurais	35,5	18,6	15,6	19,9	12,6	13,0
% tiveram filhos	20,5	26,8	45,3	16,2	22,4	39,3
Média de anos de estudo	5,7	8,5	9,0	8,0	9,9	10,8
% Fundamental incompleto	72,1	31,9	31,4	39,2	13,9	11,6
% jornada full time	31,1	47,3	47,3	35,6	57,0	59,1
% próprio consumo, não remunerado	28,5	14,0	11,8	14,8	6,7	6,6
% no 1o. Quintil de RDPC	27,9	13,9	11,1	16,3	10,5	9,9
% no 5o. Quintil de RDPC	5,1	16,6	23,6	9,7	14,8	23,1

Fonte: IBGE, PNAD 2002 e 2013. Tabulações próprias.
*Excluindo a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Considerações Finais

Os resultados dessa análise preliminar e ainda em curso reiteram estudos que mostram a tendência de maior permanência na escola, de aumento do nível de escolarização e a idade de 18 anos enquanto um forte divisor de águas no que diz respeito a vida educacional e laboral. Particularmente, entre as mulheres jovens os avanços no nível educacional parecem ser aliados importantes na construção de projetos pessoais para além da conjugalidade e da maternidade, mas ainda não surtem efeitos para eliminar as desigualdades na forma de inserção no mercado de trabalho e na geração de renda.

Bibliografia

Alves, J.E.D., Correa, S. (2009), "Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo", en: ABEP. *Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo,* UNFPA: ABEP, Campinas.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013), *Os Jovens que não estudam nem trabalham no Brasil: discussão, caracterização e evolução de 2001 a 2011.* Brasília: MDS.

Camarano, A. A., Kanso, S., Mello, J. L. e, (2009), *Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros.* IPEA: Rio de Janeiro.

Camarano, A. A., Kanso, S., Mello, J. L. e, Andrade, A. (2006), *Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?* IPEA: Rio de Janeiro.

Camarano, A. A. et. al. (2003), "Transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios?" en *Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise,* n. 21. Rio de Janeiro: IPEA, p. 54-66, fev. 2003.

Corrêa, H. (2014), "Antecedentes do baixo nível de escolarização alcançado por uma coorte de jovens mães brasileiras." *en Educação e Pesquisa*, São Paulo, fev. 2014. pp. 1-17

_____. (2012) "Before or after fertility? Antecedents of the low schooling level achieved by a cohort of young mothers in Campinas, Brazil.", trabalho apresentado en European Population Conference, 2012, Stockholm. European Population Conference 2012.

_____. (2004), "Caracterização sociodemográfica das adolescentes brasileiras em 2000 segundo o status da fecundidade.", trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

Correa, H., Marcondes, G. S. (2006), "Conjugalidade na adolescência: contextualizando as adolescentes unidas sem filhos.", trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: gênero e preconceitos.

Furstenberg, F. (1985), "When will teenage childbearing become a problem? The psychosocial issues.", en Lancaster, J. B. Hamburg, B.A., *School-Age Pregnancy and Parenthood: biosocial dimensions.*, Aldine de Gryter: New York.

Gomes, J. V. (1997), "Jovens urbanos pobres. Anotações sobre escolaridade e emprego." en *Revista Brasileira de Educação,* n 5/6. 1997. p.53-61.

Madeira, F. R. (2006), *Educação e desigualdade no tempo de juventude*, Fundação Seade: São Paulo.,

Rocha, S. (2008), "A inserção dos jovens no mercado de trabalho." en *CADERNO CRH*, v. 21, n. 54, p. 533-550, Set./Dez.